

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.570 - SP (2019/0005633-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : **WALTER BALSIMELLI NETO**  
**ADVOGADOS** : **MARCELO PINHEIRO PINA - SP147267**  
: **RAQUEL CALIXTO HOLMES - SP146487**  
**AGRAVADO** : **GALVAO ENGENHARIA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **RODRIGO MORENO PAZ BARRETO - SP215912**  
: **CAMILA OLIVEIRA DINIZ - SP259968**  
: **THALITA ALCARDE GARCIA - SP333685**

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por WALTER BALSIMELLI NETO contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Exceção de pré-executividade Nulidade da fiança por ausência de assinatura de um dos aditivos do contrato excutido Descabimento Posterior assinatura pelos fiadores de aditivo posterior que ratificou todas as cláusulas anteriores, aperfeiçoando-se o contrato de fiança Questionamento acerca da autenticidade da assinatura aposta que depende de dilação probatória, extrapolando os limites de cognição admitidos pela via eleita de impugnação à execução Manutenção da rejeição da exceção de pré-executividade.

PROCESSO CIVIL Suspeição do perito “Expert” nomeado para administração de penhora de faturamento Inocorrência Hipótese em que a exceção foi oposta por outros executados e não há elementos que indiquem qualquer dos motivos previstos no art. 145 do CPC/2015 Ilegitimidade do executado- agravante, tanto pela tentativa de provocar a suspeição, quanto pela falta de interesse, pois não é o seu patrimônio pessoal objeto da penhora de faturamento Manutenção da rejeição liminar da exceção.

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ Ocorrência Incidência do art. 80, incs. IV e V, do CPC/2015 Aplicação de multa de 1% sobre o valor da causa ao recorrente, em favor da recorrida.

Recurso desprovido.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente sustenta violação dos arts. 3º, 42, 485, inciso VII do CPC, 31 e 32 da Lei n. 9.307/96. Busca anular o processo tendo em vista a validade da cláusula arbitral (9.9 do contrato) e a competência da Câmara Brasil-Canadá para julgar o feito. Sustenta que a justiça estadual é incompetente para conhecer da matéria.

Decido.

2. A matéria tratada nos arts. 3º, 42, 485, inciso VII do CPC, 31 e 32 da Lei n. 9.307/96 não foi enfrentada no acórdão recorrido. Desse modo, o tema invocado no recurso especial carece de prequestionamento, o que impossibilita a apreciação na via

especial (Súmula 282/STF).

Nessa linha:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NOMEAÇÃO DE INVENTARIANTE. ORDEM. ART. 617 DO CPC/2015 (ART. 990 DO CPC/1973). ROL NÃO TAXATIVO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 282/STF. DECISÃO MANTIDA.

1. (...)

2. A ausência do exame da matéria pelo Tribunal de origem obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, incidindo a Súmula n. 282/STF.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1235431/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 21/05/2018)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. JUNTADA DE DOCUMENTOS. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.

1. É admitida a juntada de documentos após a petição inicial e a contestação desde que não se trate de documento indispensável à propositura da ação, não haja má-fé e seja ouvida a parte contrária. Precedentes.

2. Não se admite o recurso especial quando a questão federal nele suscitada não foi enfrentada no acórdão recorrido. Incidem as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1195520/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 22/05/2018)

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**

Relator